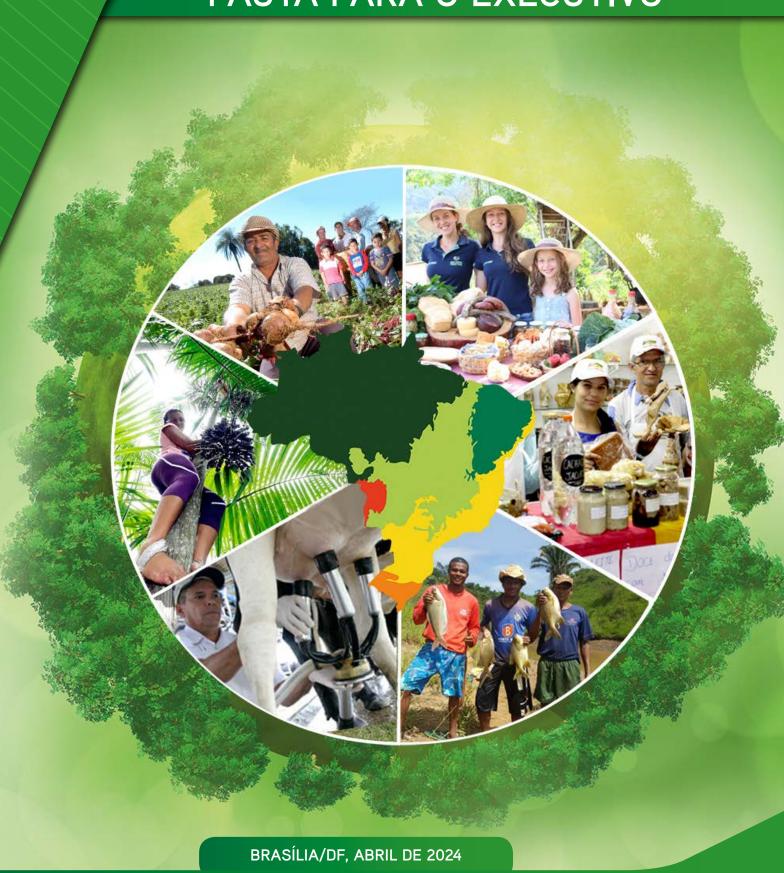
GRITO DA TERRA BRASIL 2024

AGRICULTURA FAMILIAR É ALIMENTO SAUDÁVEL E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

PAUTA PARA O EXECUTIVO



GRITO DA TERRA BRASIL 2024 PAUTA DA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA

APRESENTAÇÃO

Estamos no 24º Grito da Terra Brasil, uma mobilização da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) juntamente com as 27 Federações e cerca de 4.000 Sindicatos filiados, para apresentação de uma pauta de reivindicações dos trabalhadores rurais agricultoras familiares, objetivando a construção de políticas públicas estruturantes e a resolução de questões emergenciais que contribua na melhoria da qualidade de vida, trabalho e no fortalecimento da agricultura familiar.

Nessa jornada, a maioria das políticas públicas para o campo tem a marca da formulação, articulação e conquista do Grito da Terra Brasil e da sensibilidade dos governos em atender justas reivindicações.

Contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar é reconhecer a sua importância na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis para o combate à fome, o abastecimento alimentar do mercado interno, o controle da inflação dos alimentos, a preservação e conservação ambiental e a valorização da cultura dos povos do campo, da floresta e das águas.

Essa agricultura familiar, além de ser fonte de renda para inúmeras famílias brasileiras, alimenta uma cadeia de grande complexidade que também é responsável pela dinamização econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes (68% do total) e por 67% do total de pessoal ocupado na agropecuária (10,1 milhões de ocupações) e 23% do valor bruto total da produção agropecuária, segundo dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

Mesmo diante da relevância social, econômica e ambiental dos 3,9 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, existem ainda 1,7 milhão de famílias que produzem basicamente para o autoconsumo. São essas famílias que vivem as piores condições de acesso à terra, à água, à renda, à infraestrutura, esporte, cultura e lazer, à previdência social, à moradia digna, ao saneamento básico, à educação, aos equipamentos e serviços de saúde pública, tecnologias de informação e comunicação. Tais condições são ainda mais agravantes para as mulheres e jovens, o que gera saída do campo.

No governo passado voltamos ao mapa da fome da ONU. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos, convivemos com o aumento dos conflitos agrários e ambientais e da violência no campo, o constante avanço dos grandes empreendimentos de energia hidrelétrica, eólica, solar e mineração, como também o aumento do registro de trabalho análogo ao escravo, a redução do orçamento público e os prejuízos causados pela emergência climática. Soma-se, ainda, a falta de infraestrutura necessária para produção, e a dificuldade de acesso a políticas públicas, como as de reforma agrária, do Pronaf crédito, assistência técnica, seguros, mercados institucionais, e outras, que não têm conseguido ter o alcance necessário a esse segmento.

Para superar as questões emergenciais, consolidar medidas estruturantes e promover o desenvolvimento rural sustentável e solidário que atenda adequadamente as populações do campo, floresta e das águas, propõe-se investir em ações e políticas que contemplem: inclusão produtiva e práticas sustentáveis na agricultura familiar; meio ambiente, produção sustentável e transição agroecológica; política nacional de reforma agrária; crédito fundiário; desenvolvimento rural; infraestrutura e inclusão digital; relações internacionais; direitos humanos; políticas sociais; e sujeitos do campo.

Neste contexto, a presente pauta busca responder aos desafios postos para a agricultura familiar, e representa mais um passo na trajetória da implementação do desenvolvimento rural sustentável e solidário levando à inclusão social, geração de renda, aumento da produção de alimento saudável, contribuindo para a soberania e segurança alimentar e nutricional da população e respondendo aos desafios de adaptação e enfrentamento da crise climática.

É importante ressaltar que a dinamização dos espaços rurais e a efetividade das políticas públicas na vida dos agricultores e agricultoras familiares pressupõem a intersetorialidade, a articulação das políticas públicas e o seu adequado financiamento. Para isso, é preciso retomar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e provedor de políticas e serviços públicos eficientes. Algo estratégico para pensar o sentido da reconstrução de um Brasil, cujo desenvolvimento seja socialmente justo, economicamente sustentável e ambientalmente equilibrado.

SUMÁRIO

| 1. INCLUSAO PRODUTIVA E PRATICAS SUSTENTAVEIS NA AGRICULTURA FAMILIAR | 5 |
|--|------|
| 1.1. Financiamento da produção | 5 |
| 1.2. Financiamento da Reforma Agrária e Crédito Fundiário | 8 |
| 1.3. Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa e Inovação | 9 |
| 1.4. Proteção à Produção | 10 |
| 1.5. Enquadramento da Agricultura Familiar | 11 |
| 1.6. Produção, Armazenamento, Agroindustrialização e Acesso aos Mercados | 11 |
| 2. MEIO AMBIENTE, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA | 13 |
| 3. POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, CRÉDITO FUNDIÁRIO | O 15 |
| 3.1. Reforma Agrária | 15 |
| 3.2. Regularização Fundiária | 17 |
| 3.3. Crédito Fundiário | 17 |
| 4. DESENVOLVIMENTO RURAL, INFRAESTRUTURA E INCLUSÃO DIGITAL | 19 |
| 5. RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 20 |
| 5.1. REAF Mercosul | 20 |
| 5.2. Acordos de Comércio Internacional | 20 |
| 5.3. Espaços de Diálogos Regionais e Internacionais | 21 |
| 5.4. COP - Conferência das Partes Sobre a Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudan | ça |
| do Clima | 21 |
| 6. DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS SOCIAIS E SUJEITOS DO CAMPO | 21 |
| 6.1. Direitos Humanos | 21 |
| 6.2. Políticas Sociais | 22 |
| 6.2.1. Educação do Campo | 22 |
| 6.2.2. Promoção da Saúde | 23 |
| 6.2.3. Proteção Infanto-Juvenil | 23 |
| 6.2.4. Previdência Social | 24 |
| 6.3. Sujeitos do Campo | 25 |
| 6.3.1. Juventude Rural | |
| 6.3.2. Direitos das Pessoas Idosas | 25 |
| 6.3.3. Enfrentamento à violência contra as mulheres | 26 |
| | |

1. INCLUSÃO PRODUTIVA E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Construir o Plano Safra da Agricultura Familiar respeitando as especificidades regionais e territoriais e seus biomas.

1.1. FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO (MDA, MF)

1.1.1. Volume de Recursos e Taxas de Juros do Pronaf Crédito

- a) Aumentar para R\$90 bilhões os recursos exclusivos para o Pronaf Crédito. Nas seguintes proporções: custeio R\$ 45 bilhões, investimento R\$ 45 bilhões, sendo R\$ 5 bilhões para habitação rural;
- b) Garantir recursos financeiros necessários para equalização do Pronaf Crédito;
- c) Tornar as linhas de crédito mais atrativas com a criação de condições diferenciadas, estabelecendo teto na taxa de juros de 4% ao ano nas linhas de crédito de custeio, investimento e agroindústria, e aplicar de forma acumulativa o redutor com base nos seguintes fatores: limites de financiamento, produção de alimentos, linhas sustentáveis (agroecologia, bioeconomia, floresta, Semiárido) e públicos (mulheres, jovens e pessoas que fizerem o primeiro acesso);

Para o Pronaf Custeio, Investimento e Agroindústria considerar o limite da taxa de juros em 4% ao ano e aplicar os fatores redutores conforme tabela abaixo:

| (limite da taxa juros = 4% a.a) | % de desconto por valor do financiamento | | | |
|---|--|---------------------------------------|--|---|
| % de desconto por linha ou público | até R\$30 mil = (-2%) | de R\$30 mil até R\$60 mil = (-1%) | de R\$60 mil até R\$100 mil = (-0,5%) | acima de R\$100 mil = (sem desconto) |
| (A) Produção de alimentos, Bioeconomia, agroecologia, Semiárido, Floresta = (-1%) | 1% juros | 2% juros | 2,5% juros | 3% juros |
| (B) Mulher, jovem, 1° acesso = (-1%) | 1% juros | 2% juros | 2,5% juros | 3% juros |
| (A) + (B) = (-2%) | 0% juros | 1% juros | 1,5% juros | 2% juros |

d) Aplicar redutor de 0,5% (passando de 4,0% para 3,5%) na taxa de juros quando os financiamentos tiverem alguma iniciativa sustentável, como sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta.

1.1.2. Tetos e modalidades de financiamento no Pronaf Crédito:

- a) Custeio ampliar o teto de financiamento de R\$ 250 mil para R\$ 400 mil;
- b) Investimento ampliar o teto de financiamento de R\$ 210 mil para R\$350 mil e, no caso de Itens Usados, R\$250 mil;
- c) Atividades especiais (suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura, fruticultura, pecuária de leite) ampliar o teto de financiamento de R\$ 420 mil para R\$ 700 mil;
- d) Pronaf ABC + Floresta (Grupos "A", "A/C" e "B") ampliar o teto de financiamento de R\$ 20 mil para R\$ 30 mil;
- e) Pronaf investimento habitação rural ampliar o teto de financiamento R\$ 70 mil para R\$ 150 mil;
- f) Possibilitar o financiamento pelo Pronaf Mais Alimentos, de tratores com potência de até 110 CV.

1.1.3. Prazos de financiamento

- a) Aumentar o prazo de reembolso do Pronaf investimento, de 07 para 10 anos, mantendo a carência de até 14 meses, para aquisição de tratores e implementos associados, colheitadeiras e suas plataformas de corte, assim como máquinas agrícolas autopropelidas para pulverização e adubação (MCR 10-5-2);
- b) Incluir a atividade pecuária para o financiamento de caminhonetes de carga com a comprovação diferenciada de uso, que não esteja diretamente relacionada ao uso específico de 120 dias destinados à comercialização da produção, visto que a dinâmica da atividade é diferente;
- c) Ampliar o prazo de reembolso para 12 anos e de carência para 6 anos do Pronaf Bioeconomia, no caso do financiamento de sistemas produtivos de exploração extrativista e de produtos da sociobiodiversidade.
- **1.1.4.** Criar a linha de financiamento Pronamp Familiar implementar linha de crédito, para agricultores e agricultoras familiares inscritos no CAF, nas seguintes condições:
 - Limites de custeio de até R\$ 500 mil e investimento até R\$ 800 mil por mutuário;
 - Taxa de juros: das linhas custeio e investimento com 1% a mais que o Pronaf normal;
 - Renda bruta anual de até R\$1,5 milhão.

Inclusão Produtiva (MDA/MDS/MMA)

1.1.5. Ampliar o Programa de Fomento das Atividades Produtivas Rurais do MDS (Lei № 12.512/2011 e Decreto № 11.583/2023), para inclusão de agricultores(as) familiares de baixa renda inscritos no CADÚnico, para potencializar a produção para autoconsumo e inclusão efetiva no mercado, priorizando famílias chefiadas por mulheres e jovens trabalhadores(as) rurais e projetos de quintais produtivos e Ater agroecológica e feminista.

1.1.6. Valor do fomento: R\$ 20 mil por família;

- Condições: a liberação do valor em duas parcelas anuais de R\$ 10 mil, sendo a segunda condicionada a laudo de assistência técnica de aplicação dos recursos, conforme projeto simplificado;
- o Garantia de acompanhamento de Ater focada na produção e acesso aos mercados;
- Até 20% do fomento poderá ser utilizado para a manutenção da família, garantindo a segurança alimentar e nutricional;
- o Limitado a duas operações, condicionado a avaliação da condição de renda da família;
- Recursos: R\$ 4,25 bilhões ao ano, não reembolsáveis, previstos no orçamento da União, para incluir anualmente 425 mil famílias, totalizando 1,7 milhão nos próximos 4 anos.

1.1.7. Microcrédito Produtivo Rural (Pronaf B)

- Valor ampliar o limite de financiamento de R\$ 4 mil para R\$ 15 mil e, no caso do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), de R\$ 10 mil e 12 mil para R\$ 28 mil e R\$ 30 mil;
- Enquadramento ampliar o teto da Renda Bruta Anual (RBA) da família para R\$ 50 mil (CADÚNICO);

- Manter as demais condições, juros, prazos, bônus de adimplência, dentre outros, conforme
 Manual de Crédito Rural (MCR);
- o **Recursos** prever no orçamento da União R\$ 900 milhões para as regiões Sul e Sudeste.
- **1.1.8.** Criar linha de Custeio no microcrédito do Pronaf, com taxa efetiva de juros de 1% ao ano com limite de R\$20 mil, por operação, com bônus de adimplência de 40% no semiárido e 25% nas demais regiões, com teto de rebate máximo em R\$ 60 mil. Enquadramento de teto da Renda Bruta Anual (RBA) da família para R\$ 50 mil(CADÚNICO).
- **1.1.9.** Garantir a operacionalização do microcrédito do Pronaf B (investimento e custeio) em todas as regiões do País, em especial na Região Centro-Oeste, onde as operações foram suspensas pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel) do Fundo Constitucional.
- **1.1.10. Pronaf Produtivo Orientado (PPO)** Incluir R\$30 milhões para atendimento de 12 mil famílias, por meio de chamada pública de Ater, específica, de um ano para implementação de projeto piloto do PPO, de acordo com a proposta da CONTAG.
- **1.1.11. Pronaf Jovem** elevar o teto de financiamento para R\$ 30 mil, com juros de 0,5% ao ano, bônus de adimplência de 40%, na área da Sudene e de 25% nas demais regiões, com risco da União.
- **1.1.12.** Desobrigar projeto técnico em todas as operações de crédito do Pronaf com fontes do FNO, permitindo Orçamento ou Plano Simplificado.
- **1.1.13.** Excluir indicadores obrigatórios de eficácia e eficiência no Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), especialmente a exigência de 30% dos recursos serem aplicados em municípios de faixa de fronteira e Índice de concentração de crédito (tíquete médio) de R\$ 200 mil.

Sustentabilidade Produtiva e Ambiental (MDA/MMA)

- 1.1.14. Para maior estímulo das práticas sustentáveis, junto à agricultura familiar, é preciso criar incentivos. Para tanto, propõe-se:
- **1.1.15.** Nas linhas do Pronaf: Floresta, Agroecologia, Bioeconomia e Semiárido, pela relevância das mesmas para o equilíbrio socioeconômico e ambiental, é preciso que sejam mais atrativas criando condições diferenciadas para estimular e ampliar o acesso.
 - a) Taxa de Juros: conforme tabela do "item 1.1.1.c", em todas as linhas, exceto para silvicultura, quando as florestas de espécies exóticas forem geradoras de produtos, madeireiros e não madeireiros, juros de 3% ao ano;
 - **b) Bônus de adimplência** de 20% para todas as linhas do Pronaf sustentável até R\$ 50 mil de financiamento, exceto:
 - I. Pronaf bioeconomia, finalidades dos VI e VII quando destinadas a espécies exóticas e finalidades do item XV (projetos de implantação de viveiros de mudas de essências florestais e frutíferas fiscalizadas ou certificadas; silvicultura, entendida como implantação ou manutenção de povoamentos florestais geradores de diferentes produtos, madeireiros e não madeireiros; e sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta);
 - II. Pronaf Semiárido, para serviços não agropecuários.
 - c) Pronaf Floresta realizar Pagamentos dos Serviços Ambientais (PSA) com recursos do Fundo Amazônia, via BNDES, aos(às) agricultores(as) familiares, que acessam o Pronaf Floresta, nas

- seguintes condições: bônus de adimplência de 30% no âmbito do bioma Amazônia e 20% para os demais biomas;
- d) Manter as demais condições das respectivas linhas.
- 1.1.16. Criar bônus de adimplência de 20% nos financiamentos de até R\$ 30 mil para custeio da produção orgânica, de base agroecológica ou em transição e produtos da sociobiodiversidade, prioritariamente para mulheres, com taxa de juros conforme tabela do "item 1.1.1.c".

Renegociação de Dívidas

- 1.1.17. Implementar o programa Desenrola Rural, incluindo as seguintes condições:
 - a) Garantir a inclusão das parcelas de dívidas prorrogadas durante anos de desastres climáticos (secas e ciclones) e problemas de mercado (importação, preços) para proporcionar às famílias rurais condições de voltar a investir e produzir, com opção para liquidação, com desconto de até 95%;
 - b) Ajustar o Manual de Crédito Rural no item que dispõe sobre a prorrogação de dívidas da agricultura familiar em caso de frustração de safra e problemas pecuários, colocando mais compromisso ao agente financeiro que deve prorrogar a dívida mediante a apresentação de laudo técnico.
- 1.1.18. Ampliar o prazo, até abril de 2025, para renegociação de Dívidas de Crédito Rural relacionadas à Lei № 14.554/2023 (Fundos Constitucionais).
- 1.1.19. Isentar as taxas cartoriais nas renegociação das dívidas de crédito rural da Agricultura Familiar, quando for da área de atuação da Sudene.
- 1.1.20. Reabrir o prazo de adesão à Portaria № 21.561, de 2020, que estabelece as condições para transação excepcional de débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em Dívida Ativa da União (DAU), específica para agricultores(as) familiares.
- 1.1.21. Editar ato normativo com condições diferenciadas para renegociação e/ou quitação de dívidas de assentados e assentadas da reforma agrária e beneficiários e beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário.
 - Dívidas junto à PGFN de Crédito Fundiário e do Pronaf (inscritas em DAU);
 - Dívidas em banco (não incluídas em DAU);
 - Dívidas de Títulos de Domínio;
 - Dívidas de crédito de reforma agrária (crédito instalação).

1.2. FINANCIAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA E CRÉDITO FUNDIÁRIO (MDA/Incra)

- 1.2.1. Atualizar os valores dos tetos e condições de financiamento para famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário, das seguintes linhas de crédito:
 - a) Pronaf A: R\$100 mil com bônus de adimplência de 40%, mantidas as demais condições atuais;
 - **b) Pronaf A/C**: R\$50 mil. Condições: taxa de juros de 0,5% ao ano, com prazo para pagamento de até 3 anos, bônus de adimplência de 25%, mantidas as demais condições atuais.
- 1.2.2. Criar linha de crédito para a aquisição de imóveis rurais nas mesmas condições e procedimentos do Pronaf Investimento.

1.3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, PESQUISA E INOVAÇÃO (MDA)

Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)

- 1.3.1. Criar o Sistema Único de Ater (Suater).
- 1.3.2. Recompor o orçamento da Ater, de 2024, para R\$ 1,85 bilhão com o objetivo de atender 425 mil famílias do projeto de inclusão produtiva e 315 mil famílias que acessam o crédito Pronaf, totalizando 740 mil famílias.
- 1.3.3. Criar critérios de distribuição dos recursos federais onde as empresas públicas de Ater recebam recursos por coeficiente de sustentabilidade social, econômica e ambiental.
- 1.3.4. Fortalecer o programa de formação de agentes de Ater, com vagas proporcionais ao número de UFPAs em cada uma das 05 regiões do Brasil.
- 1.3.5. Criar programa de estímulo aos governos de estado, por meio do Pacto Federativo, para recomposição dos quadros técnicos efetivos das entidades públicas de Ater com a realização de concursos públicos.
- 1.3.6. Garantir recursos financeiros para fortalecer a política pública de apoio técnico à gestão das associações e cooperativas da agricultura familiar.
- 1.3.7. Reativar e dar funcionalidade ao Conselho Assessor Nacional da Anater, garantindo a participação de organizações e representações da sociedade civil.
- 1.3.8. Realizar Chamadas Públicas de Ater específicas para juventude egressa das EFAs, Institutos Federais e Cursos do Pronera para atendimento dos projetos produtivos coordenados por jovens em todas as regiões do país, priorizando o Pronaf Jovem.
- 1.3.9. Destinar R\$ 200 milhões para chamadas públicas de Ater em todas as regiões brasileiras para atendimento às demandas de projetos discutidos e definidos nos territórios.
- 1.3.10. Garantir a publicação de chamadas públicas de Ater específicas para atendimento de famílias assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- 1.3.11. Retomar o processo de credenciamento das entidades prestadoras de serviços de Ater em duas instâncias 1° nos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e 2° na Comissão de Credenciamento da Anater.
- 1.3.12. Criar, no âmbito da Anater, o Programa Nacional de Integração, Controle e Monitoramento do Serviço Público de Ater prestado para Agricultura Familiar, através das empresas que integram os Sistemas Asbraer, Senar e Sebrae, e pelas empresas que utilizam recursos das Chamadas Públicas, do Pronaf, do Programa Nacional de Crédito Fundiário ou de outras fontes de recursos públicos, para otimizar o uso dos recursos, evitar sobreposição e ampliar o número de famílias atendidas.
- 1.3.13. Criar programa de fortalecimento das Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais das regiões Norte e Nordeste, visando a formação de agentes de desenvolvimento com foco na prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais por meio de processos agroecológicos e aplicação de tecnologias sustentáveis, com recursos oriundos do Fundo Amazônia.
- 1.3.14. Garantir Ater agroecológica para elaboração de projetos e acompanhamento das ações, com foco na organização produtiva, incluindo o acesso aos mercados, priorizando os circuitos curtos de comercialização e de proximidade.
- 1.3.15. Ofertar formação de agentes de Ater agroecológica, específicas para o trabalho com mulheres, notadamente, nos seus quintais produtivos, em cada uma das 05 (cinco) regiões do Brasil.

1.3.16. Ampliar as Chamadas Públicas de Ater específicas para as mulheres rurais para atendimento dos projetos produtivos agroecológicos, incluindo os quintais produtivos, com critérios mais focados nesses temas.

Pesquisa e Inovação (MDA, Mapa, MCTI, MGI, MDIC, MME)

- 1.3.17. Criar Política Nacional de Pesquisa e Inovação para a agricultura familiar, com foco no clima na produção sustentável e sustentabilidade ambiental, por meio do fortalecimento da Embrapa, Oepas, Universidades e Institutos Federais, e garantir a destinação de recursos financeiros para desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e extensão voltados à solução das demandas.
- 1.3.18. Assegurar o cumprimento das metas do Programa Nova Indústria Brasil (NIB) voltadas ao alcance da mecanização de 70% na agricultura familiar, com custo acessível e tecnologias que atendam as demandas específicas e os arranjos produtivos.
- 1.3.19. Reativar o Cadastro Nacional de Cultivares Tradicionais, Locais e Crioulas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).
- 1.3.20. Garantir recursos financeiros para manutenção de bancos de germoplasma vegetal para preservação da variabilidade genética das sementes crioulas, destinadas à agricultura familiar.
- 1.3.21. Alterar a Portaria Mapa № 56, de 14 de março de 2023, para incluir o MDA, para que seja gestor do Grupo de Trabalho responsável por apresentar propostas relativas ao aprimoramento do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, junto com o Mapa.
- 1.3.22. Alterar o art. 4º do Decreto № 4.157, de 12 de março de 2002, para incluir o MDA na composição do Comitê Gestor do Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio (CT-Agro).

1.4. PROTEÇÃO À PRODUÇÃO (MDA, MF, BCB)

Seguros de riscos climáticos e preços

- 1.4.1. Elaborar metodologia para inclusão do custeio pecuário na cobertura do Proagro Mais, garantindo a participação da representação da agricultura familiar na formulação da proposta.
- 1.4.2. Garantir enquadramento no Proagro à produção de bioisumos, sementes, mudas e outros dentro do estabelecimento familiar (on-farm).
- 1.4.3. Fortalecimento e adequação do Proagro Mais:
 - a) Garantir orçamento para cobertura de perdas na agricultura familiar mantendo o Proagro Mais como um programa estrutural de resiliência às mudanças climáticas;
 - Ajustar os mecanismos de avaliação de perdas no Proagro conjugando o cruzamento de imagens de satélite, dados climáticos e meteorológicos com o laudo de perdas dos peritos, feitos de forma amostral nos municípios;
 - c) Intensificar a fiscalização no processo de levantamento de perdas pelos peritos e, em caso de constatação de irregularidades, devem ser aplicadas penalidades podendo chegar à suspensão de atuação do profissional no programa;
 - d) Exigir dos peritos, além da qualificação profissional e experiência comprovada, nas culturas que serão avaliadas e ter habilidade na avaliação de riscos e perdas agrícolas, a participação em programa continuado de aperfeiçoamento e qualificação;
 - e) Desvincular o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como item de identificação de glebas que receberam cobertura do Proagro Mais;

- f) Atualizar limite da garantia de renda mínima do Proagro Mais de R\$ 22 mil para R\$ 40 mil nas culturas anuais e de R\$ 40 mil para R\$ 60 mil nas culturas perenes;
- g) Alterar resolução e o Manual de Crédito Rural para manter nas próximas safras o atual limite de 7 perdas de safra, nos últimos 5 anos para acesso de cobertura do Proagro, conforme Plano Safra 2023/2024.
- h) Adequar a metodologia de operacionalização do Proagro Mais para culturas perenes (criando condições diferenciadas para possibilitar a cobertura das culturas com ciclos superiores a 1 ano), possibilitar a cobertura do cultivo de horticultura em todos os ciclos do ano dentro do mesmo instrumento de crédito.
- 1.4.4. Regulamentar a Lei Complementar N° 137/2010, que criou o Fundo de Catástrofe, com possibilidade de Co-participação das três esferas do estado (União, Estados e Municípios) para a execução de medidas de suporte mais amplas nos municípios.
- 1.4.5. Criar um seguro estrutural de propriedades rurais, para animais, benfeitorias, recuperação de áreas afetadas por desastres climáticos (enxurradas, deslizamentos, granizo, vendavais, etc.) e enfermidades sanitárias (tuberculose, brucelose, gripe aviária) nos mesmos moldes do Proagro Mais.
- 1.4.6. Revisar as regras da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) nas principais atividades produtivas, com um fator adicional de 25% para a agricultura familiar;
- 1.4.7. Atualizar o preço mínimo e incorporar novos produtos no Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), em especial da sociobiodiversidade, e ampliar a cobertura.

Programa Garantia-Safra

1.4.8. Alterar a Lei № 10.420/2002, visando a exclusão do teto de indenização do Garantia-Safra, por família/ano, como também às culturas previstas em Lei, passando a deliberação desse teto para o Comitê Gestor do Fundo, dentro dos limites orçamentários e entes públicos, e pesquisa das culturas a serem cobertas pelo programa.

1.5. ENQUADRAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (MDA)

- 1.5.1. Elevar, para R\$ 50 mil, o teto de Renda Bruta Anual (RBA) de enquadramento das famílias do Grupo B do Pronaf, para fins de acesso ao CAF.
- 1.5.2. Desconsiderar para fins de enquadramento no cômputo da renda para o CAF a renda do exercício de dirigente sindical e de cooperativa da agricultura familiar.
- 1.5.3. Elevar o teto de RBA de R\$ 500 mil para R\$ 800 mil para fins de enquadramento ao crédito do Pronaf.
- 1.5.4. Elevar o teto de RBA até R\$ 1,5 milhão para fins de enquadramento ao crédito do Pronamp da Agricultura Familiar, a ser criado conforme proposta no item 1.1.

1.6. PRODUÇÃO, ARMAZENAMENTO, AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E ACESSO AOS MERCADOS (MDA, Mapa, MMA, MDS, MEC, Conab)

Agroindustrialização

1.6.1. Criar um Programa Nacional de Agroindustrialização da Agricultura Familiar garantindo que a regularização de empreendimentos de manipulação de alimentos em âmbito municipal, seja feita

- de forma integrada entre órgãos responsáveis, com atendimento unificado, independente dos produtos processados.
- 1.6.2. Criar um programa de fortalecimento e implantação de novas agroindústrias familiares, incluindo processo de certificação, com recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia, principalmente no Nordeste e Norte do Brasil.
- 1.6.3. Regulamentar de forma simplificada, os incisos I e II, artigo Art. 7º do Decreto № 5.741/2006 do Suasa, que tratam do autoconsumo e venda direta a consumidor, permitindo a preparação, a manipulação ou a armazenagem doméstica de produtos de origem agropecuária para consumo familiar, dispensada de registro, inspeção e fiscalização.
- 1.6.4. Autorizar novas atividades econômicas de natureza rural (CNAEs Rurais) para o MEI rural, considerando a diversidade de atividades executadas no processamento da produção rural pelos agricultores e agricultoras familiares.

Cooperativismo solidário e acesso aos mercados

- 1.6.5. Criar e implementar o programa nacional de fortalecimento do associativismo e cooperativismo solidário da agricultura familiar, estimulando estados e municípios no apoio para sua implementação em todo o País;
- 1.6.6. Garantir recursos financeiros, constituir Fundo Garantidor e estabelecer outros instrumentos capazes de avalizarem as operações de crédito Pronaf Agroindústria (investimento); Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar (custeio); e o Pronaf Cotas-Partes, permitindo acesso às cooperativas que não possuem garantias reais, aos recursos para investimento, capital de giro e a comercialização.
- 1.6.7. Incentivar a organização do cooperativismo e agroindústrias familiares, com formação de quadro técnico e agricultores(as) familiares, em parceria com Escolas Famílias Agrícolas, Casas Familiares Rurais, Universidades e Institutos Federais;
- 1.6.8. Implementar através da política de territórios rurais a organização circuitos curtos de comercialização, incentivando venda direta ao consumidor ou por organizações coletivas (cooperativas e associações) da agricultura familiar.
- 1.6.9. Criar política nacional de estímulo à cadeia produtiva do leite, através de um pacto federativo, com participação social na governança.
- 1.6.10. Criar o Instituto Nacional do Leite com personalidade jurídica de entidade pública do Estado brasileiro com o papel de unificar e coordenar as ações interministeriais estratégicas.
- 1.6.11. Fortalecer a política de apoio às Feiras da Agricultura Familiar, em especial as orgânicas, agroecológicas e sociobiodiversidade, destinando R\$ 500 milhões no orçamento específico da União para à infraestrutura, transporte, de assistência técnica e comercialização, bem como ampliar o apoio dos entes federados (estados e municípios) na organização das feiras locais, estimulando a divulgação dos produtos e a venda direta ao consumidor.
- 1.6.12. Revogar os incisos V e VII do parágrafo 8º do artigo 11 da Lei Nº 8.213/91 e parágrafo 11 do artigo 25 da Lei Nº 8.212/91, para não desenquadrar o(a) agricultor(a) familiar da condição de segurado(a) especial que comercializa, como pessoa física, produtos processados com incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Formação de Estoques e Instrumentos Públicos de Comercialização

- 1.6.13. Garantir o abastecimento de milho pela Conab na modalidade venda balcão, com subsídio de 50% no preço em relação ao valor de mercado nas regiões Norte e Nordeste e de 30% nas demais regiões.
- 1.6.14. Ampliar, de forma estratégica, a quantidade de unidades de armazenamento credenciadas na Conab para o abastecimento de venda balcão.
- 1.6.15. Fortalecer o orçamento da Conab, reestruturar a política de estoques públicos, estruturas de armazenamento e outros instrumentos que possam contribuir para garantir o abastecimento e maior estabilidade de preços.

Mercados Institucionais

- 1.6.16. Realizar campanha nacional para estimular o acesso da agricultura familiar aos mercados institucionais.
- 1.6.17. Ampliar o orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) para R\$ 7,9 bilhões e os valores per capita criança/dia proporcionalmente, com base no estudo realizado pelo Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ) e Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca).
- 1.6.18. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Ampliar para R\$ 3 bilhões o volume de recursos e tornar perenes no Orçamento Geral da União (OGU) e estimular estados e municípios, que ainda não possuem, para criarem o programa.

2. MEIO AMBIENTE, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA (MMA, SG/PR, MDR)

- **2.1.** Garantir o cumprimento da legislação ambiental respeitando questões sociais em áreas de expansão agrícola e de grandes projetos de infraestrutura agrícola, energética e de transportes, adotando a consulta livre, prévia e informada, bem como a realização de estudos de impactos socioambientais com participação efetiva das comunidades rurais e de suas representações.
- **2.2.** Criar um marco regulatório tratando da implantação de projetos de energia renovável (fotovoltaica e eólica) em áreas de assentamento e próximas a comunidades rurais, com compensação socioambiental discutida junto com as comunidades impactadas.
- **2.3.** Revisar contratos de arrendamento em grandes projetos de energia solar e eólica em áreas da agricultura familiar, garantindo a participação das entidades representantes de classe nas negociações.
- **2.4.** Elaborar e aprovar o 3° Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), com previsão orçamentária capaz de garantir a implementação de suas ações.
- **2.5.** Incentivar as empresas públicas de ciência e tecnologia para o desenvolvimento de bioinsumos para promover a agricultura sustentável, agroecológica e de baixo carbono na agricultura familiar.
- **2.6.** Alteração do Decreto № 11.940, (que altera o Decreto № 10.375 de 2020), que institui o Programa Nacional de Bioinsumos e o Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos, garantindo paridade na participação da sociedade civil, em acordo com as propostas da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).
- **2.7.** Formular um Programa Nacional de Transição Agroecológica, com participação dos Movimentos Sociais da Agricultura Familiar, que contribua para a articulação das políticas públicas nos territórios, estimulando a transição com certificação simplificada da produção orgânica ou agroecológica a partir dos princípios da PNAPO.

- **2.8.** Incentivar a criação de territórios livres de transgênicos com aprovação de leis de proteção da biodiversidade, como estratégia para a conservação de recursos genéticos locais, especialmente em regiões de forte presença da agricultura familiar, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.
- **2.9.** Aprovar o Projeto de Lei Nº 1053/2020, que propõe a criação da Cide-Agrotóxico, considerando a escala de toxidez dos agrotóxicos.
- **2.10.** Implantar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), nas seguintes prioridades:
 - 2.10.1. Estabelecer a tributação progressiva do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos agrotóxicos, de acordo com a escala de toxidez;
 - 2.10.2. Eliminar a isenção atual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevista no Convênio Nº 100/1997 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz);
 - 2.10.3. Destinar a arrecadação dos tributos sobre os agrotóxicos, às seguintes ações:
 - a) Financiar Ater para agricultura sustentável e de baixo carbono;
 - b) Estimular a pesquisa e produção de bioinsumos para uso e produção no estabelecimento familiar;
 - c) Financiar o Planapo, priorizando projetos produtivos de mulheres e juventude rural;
 - d) Universalizar a elaboração do CAR e implementar o Programa de Regularização Ambiental (PRA);
 - e) Promover campanhas educativas continuadas sobre os danos à saúde, principalmente nas escolas do campo, tendo a juventude como protagonista;
 - f) Realizar cursos técnicos e de graduação em agroecologia, prioritariamente para as mulheres e juventude rural;
 - g) Fomentar, apoiar e financiar a criação e ampliação dos bancos e casas de sementes crioulas.
- 2.11. Regulamentar a Lei Nº 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, de forma que a política de incentivos proposta seja inclusiva e capaz de atribuir valor aos esforços de comunidades tradicionais, povos indígenas, agricultores(as) familiares e proprietários(as) de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e que os contratos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) adotem medidas capazes de assegurar o acesso facilitado, o respeito às salvaguardas socioambientais, a comprovação de resultados, o alinhamento das iniciativas aos princípios, diretrizes e objetivos definidos pela lei.
- **2.12.** Realizar o pagamento por serviços ambientais para famílias que vivem em unidades de conservação.
- **2.13.** Realizar o pagamento por serviços ambientais para agricultores(as) familiares que possuem áreas de preservação permanente e reserva legal;
- **2.14.** Universalizar a elaboração do CAR e implementar o Programa de Regularização Ambiental (PRA).
- **2.15.** Adaptação e resiliências às mudanças climáticas:
 - 2.15.1. Criar Programa Nacional de Enfrentamento, Mitigação e Adaptação aos Impactos das Mudanças Climáticas com fundo para atender diretamente os(as) agricultores(as) familiares atingidos(as) por desastres climáticos, compensando as perdas sofridas, no âmbito da política nacional de mudança do clima;
 - 2.15.2. Promover incentivos para manejo do solo, de armazenamento e uso racional de água;
 - 2.15.3. Criar o Programa Nacional de recuperação de áreas degradadas e preservação de nascentes e matas ciliares;

- 2.15.4. Realizar o início das obras do "Canal de Sertão" integrando as bacias dos Rios São Francisco, Itapicuru, Jacuípe e Paraguaçu, melhorando a qualidade de vida e o acesso à água das famílias residentes naquela região;
- 2.15.5. Implantar pelo BNDES modelo de projetos de créditos de carbono simplificado para atender a agricultura familiar;
- 2.15.6. Ampliar a destinação de recursos do Fundo Amazônia através de Chamadas Públicas de Ater, para a elaboração do CAR com assistência voltada à sustentabilidade e atendimento da agricultura familiar.
- **2.16.** Exigir dos estados a análise do CAR e aportar recursos para o(a) agricultor(a) utilizar no Programa de Regularização Ambiental (PRA).
- **2.17.** Garantir a participação do MDA na gestão do Plano ABC+, como forma de efetiva participação da agricultura familiar na política pública.
- **2.18.** Garantir que a pesquisa agropecuária pública (Embrapa) realize estudos sobre a emissão dos gases do efeito estufa promovido pelas atividades biodiversas da agricultura familiar equivalentes às pesquisas realizadas para *commodities* do agronegócio.
- **2.19.** Criar o Programa Nacional de Estímulo à Produção, Uso e Comercialização de Energias Renováveis pela Agricultura Familiar promovendo a transição energética.
- **2.20.** Revisar portaria do Selo Biocombustível Social (SBS) na política dos biocombustíveis visando a aquisição de produção diversificada da agricultura familiar.
- **2.21.** Criar programa de formação permanente agentes de proteção e conservação ambiental e produção sustentável nas comunidades, priorizando a juventude rural, integrando os Ministérios da Saúde, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, em parceria com movimentos sociais.
- **2.22.** Aprovar a PEC Nº 504/2010, reconhecendo os biomas Caatinga e Cerrado como patrimônios nacionais, alterando o parágrafo 4º, art. 225 da Constituição Federal.

3. POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, CRÉDITO FUNDIÁRIO (MDA/Incra/MDHC/Congresso Nacional)

3.1. Reforma Agrária

Estrutura, financiamento e retomada das ações de obtenção de terras

- 3.1.1. Garantir recomposição do orçamento de, no mínimo, os melhores orçamentos do primeiro Governo Lula para o ano de 2024.
- 3.1.2. Reestruturar e fortalecer o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), garantindo recursos financeiros, estrutura e corpo técnico capacitado e humanizado para o seu pleno funcionamento e operacionalização da política de reforma agrária.
- 3.1.3. Criar Fundo específico para ações do Incra com garantia de repasse dos percentuais de impostos e taxas a exemplo do percentual da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (CID) e do Imposto Territorial Rural (ITR).
- 3.1.4. Garantir a participação social para a construção das normativas da Reforma Agrária Criação do Conselho Nacional de Reforma Agrária.

- 3.1.5. Elaborar orientação (Incra) que garanta a visibilidade das reivindicações e lutas das organizações sociais na articulação de projetos de infraestrutura nos assentamentos.
- 3.1.6. Garantir Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com o Incra que assegurem ao Sistema Confederativo o reconhecimento político na execução de políticas para assentados(as) de reforma agrária e de regularização fundiária: emissão de CNIR/CCIR, regularização de famílias em PAs, processo de seleção de famílias, divulgação e capacitação de famílias para acesso a todas as modalidades do Crédito Instalação e linhas de financiamento, e reconhecimento das declarações emitidas pelo Sindicato, pelo Incra.
- 3.1.7. Criar um Grupo de Trabalho para elaboração do novo Plano Nacional de Reforma Agrária, com definição de metas, fonte de recursos e garantia de participação de entidades representativas dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.
- 3.1.8. Atualizar os índices de produtividade que ainda são baseados em dados da produção do ano de 1975.
- 3.1.9. Cumprir o §2º do Artigo 188 da Constituição Federal quanto à destinação de terras públicas e devolutas para fins de reforma agrária, inclusive aquelas transferidas para os estados.
- 3.1.10. Garantir o cumprimento do artigo 243 da Constituição Federal quanto à expropriação de terras flagradas com exploração de trabalho escravo e destiná-las para o Programa de Reforma Agrária.
- 3.1.11. Destinar áreas acima de 6 módulos fiscais de devedores inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) para o Programa Nacional de Reforma Agrária.
- 3.1.12. Retomada imediata das vistorias para desapropriação de imóveis e identificação de territórios quilombolas, priorizando as áreas de conflitos tendo como referência principal as comunidades que tenham pessoas/grupos inseridos no Programa de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos.
- 3.1.13. Descentralização da Procuradoria Federal Especializada para atuação por estado ou região.

Ações nos Projetos de assentamentos

- 3.1.14. Regularizar as famílias que ocupam parcelas sem anuência do Incra e que se enquadram no Programa Nacional de Reforma Agrária, procedendo à regularização e emissão de Contrato de Concessão de Uso (CCU) e substituição daquelas que, porventura, não se enquadram como beneficiárias do Programa.
- 3.1.15. Garantir a continuidade e celeridade ao processo de reconhecimento pelo Incra dos assentamentos criados pelos governos estaduais e aplicar as políticas públicas previstas no Programa Nacional de Reforma Agrária.
- 3.1.16. Realizar a vistoria e retomada das parcelas ocupadas por não beneficiários(as) da reforma agrária e das áreas de reserva legal coletiva em Projetos de Assentamentos.
- 3.1.17. Garantir georreferenciamento das parcelas individuais em Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo Incra.
- 3.1.18. Garantir o aporte de R\$500 milhões do Orçamento Geral da União, em 2024, para investimento em obras de infraestrutura em Projetos de Assentamento.
- 3.1.19. Garantir o aporte de R\$500 milhões do Orçamento Geral da União, em 2024, para pagamento de todas as modalidades de Créditos de Instalação às famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

- 3.1.20. Atualizar o valor da modalidade Fomento Mulher do crédito instalação de R\$ 8 mil para R\$ 12 mil, mantendo as demais condições.
- 3.1.21. Garantir continuidade da titulação, respeitando a autonomia da definição da forma da titulação (CDRU ou Título definitivo), individual ou coletivo, de acordo com a organização social, assegurando às famílias a infraestrutura e demais políticas públicas que garantam a consolidação do Projeto do Assentamento.
- 3.1.22. Instituir Grupo de Trabalho para elaborar e apresentar proposta de solução de conflitos em Projetos de Assentamentos titulados (ou em fase de titulação) com reservas legais coletivas que estão indevidamente ocupadas.
- 3.1.23. Suspender os embargos ambientais em Projetos de Assentamentos quando a infração for notificada em parcelas específicas, restringindo o embargo apenas à parcela onde ocorreu a infração.
- 3.1.24. Atualizar o Sistema de Informação do Projeto de Reforma Agrária (Sipra) para reconhecer os(as) filhos(as) e seus cônjuges, que moram e trabalham na parcela, como sujeitos de políticas públicas da agricultura familiar, dentre elas os direitos previdenciários, créditos para produção e comercialização.
- 3.1.25. Garantir pagamento do Crédito Fomento Jovem aos(às) jovens titulares de parcelas de Projeto de Assentamento.

3.2. Regularização Fundiária

- 3.2.1. Criar linha de financiamento "Documentação Fundiária" para fins de regularizar as áreas de agricultores(as) familiares, inclusive os beneficiários(as) dos programas Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário e Assentados da Reforma Agrária, que já possuam registro em cartório e que estejam em processo de desmembramento ou unificação de matrícula, usucapião, inventário, tributos, emolumentos e georreferenciamento, nas seguintes condições: valor até R\$ 50.000,00; taxa de juros de 0,5% ao ano; carência de 3 anos; prazo de pagamento de 13 anos; bônus de adimplência 40% para pagamento dentro do prazo.
- 3.2.2. Atuar junto aos municípios para desonerar o(a) agricultor(a) familiar do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) para áreas de até 4 módulos fiscais.
- 3.2.3. Garantir apoio técnico e jurídico às comunidades para regularização fundiária (inclusive georreferenciamento das áreas a serem regularizadas).
- 3.2.4. Isentar o georreferenciamento para os agricultores e agricultoras familiares proprietários(as) de áreas até quatro módulos fiscais.
- 3.2.5. Prorrogar o prazo, por mais 5 anos, para exigência obrigatória da apresentação do georreferenciamento para imóveis de até 100 hectares.
- 3.2.6. Suspender as licenças ambientais e não autorizar novas licenças que estimulem os conflitos no campo.

3.3. Crédito Fundiário

- 3.3.1. Atualizar o teto de financiamento para R\$ 400 mil, mantendo a correção anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- 3.3.2. Garantir aporte de R\$ 500 milhões dos recursos do Orçamento Geral da União para o Fundo de Terras e da Reforma Agrária para o ano de 2024.

- 3.3.3. Criar condições diferenciadas de acesso ao Crédito Fundiário para mulheres chefe de família em todo o território nacional, com taxa de juros de 0,5% ao ano e bônus de adimplência de 50%, considerando para fins de enquadramento a renda e patrimônio da linha PNCF Mais.
- 3.3.4. Priorizar, no crédito fundiário, o acesso de mulheres agricultoras familiares que vivem em situação de violência doméstica, associando essa ação aos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.
- 3.3.5. Instituir bonificação de 75% aos(as) beneficiários(as) do Crédito Fundiário que façam opção de quitação total do financiamento da compra da terra após o fim do prazo da inalienabilidade.
- 3.3.6. Criar crédito instalação aos beneficiários e beneficiárias do Crédito Fundiário sendo garantidas condições de pagamento especiais com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).
- 3.3.7. Garantir recursos do OGU para elaboração de projetos de financiamento com Subprojetos de Investimentos Comunitários (SIC) do PNCF.
- 3.3.8. Agilizar junto aos agentes financeiros a execução da linha PNCF Empreendedor com recursos do sistema financeiro preservando os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.
- 3.3.9. Aperfeiçoar o painel de dados do Programa de Crédito Fundiário a fim de identificar as demandas das organizações representativas dos trabalhadores e das trabalhadoras.
- 3.3.10. Aperfeiçoar o Sistema Obter Crédito e os sistemas dos agentes financeiros para acelerar e facilitar o acesso às informações sobre a análise dos projetos de crédito fundiário, garantido envio de cópia de e-mail às organizações representativas sobre os ajustes necessários ao projeto e/ou encaminhamento do processo.
- 3.3.11. Informatizar o procedimento para a baixa de hipoteca dos contratos de Crédito Fundiário junto a Unidade Técnica Estadual (UTE) e Unidades Gestoras Estaduais (UGE).
- 3.3.12. Agilizar a análise e tramitação dos Projetos inseridos no Sistema Obter Crédito, com análise única nos estados.
- 3.3.13. Garantir recursos para mobilização e capacitação inicial das famílias que irão acessar o Crédito Fundiário, sendo garantida a remuneração para entidades mobilizadoras com recursos do Orçamento Geral da União.
- 3.3.14. Garantir Acordos de Cooperação Técnica (ACT) entre CONTAG e Coordenação de Crédito Fundiário que assegurem ao Sistema Confederativo o reconhecimento político na execução de políticas para beneficiários(as) do crédito fundiário, em especial para divulgação, mobilização e capacitação inicial.
- 3.3.15. Elaborar Nota Técnica e direcionar aos Cartórios, de modo a garantir a aplicação da lei de gratuidade de registro aos beneficiários(as) do crédito fundiário, inclusive em processos de desmembramento.
- 3.3.16. Garantir recursos e efetivo acompanhamento dos Projetos de Crédito Fundiário, contratados, que garantam agilidade na substituição de beneficiários(as) e na destinação de lotes abandonados.
- 3.3.17. Instituir instrumento de compromisso de compra e venda para evitar desistência de negociação de áreas.
- 3.3.18. Assegurar a não retomada da terra de famílias agricultoras familiares, do Programa Nacional de Crédito Fundiário, Banco da Terra e Cédula da Terra, por execução de dívidas junto à PGFN.
- 3.3.19. Criar Comissões Regionais de Soluções Fundiárias em todos os Tribunais de Justiça e que todos os procedimentos previstos na Resolução Nº 510 do Conselho Nacional de Justiça em ações que envolvam despejos e reintegrações de posse em imóveis de moradia coletiva ou de área produtiva de populações vulneráveis sejam respeitados.

3.3.20. Criar Grupo de Trabalho de Combate à Grilagem de Terra no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para sistematizar e analisar as matrículas imobiliárias para fins de cancelamento de registros imobiliários, bem como a implementação das regras que preveem a digitalização dos serviços dos cartórios de registros de imóveis e a retomada e adequada destinação das áreas alvo da medida, conforme decisão do CNJ.

4. DESENVOLVIMENTO RURAL, INFRAESTRUTURA E INCLUSÃO DIGITAL (MDA, MDR, MMA, M. Comunicações)

- **4.1.** Retomar o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), ajustado ao cenário atual.
- **4.2.** Ampliar o Programa Luz para Todos com aporte de recursos para projetos de travessias, reestabelecer os Comitês Gestores e destinar recursos para investimentos no programa de Eletrificação Rural com melhorias nas redes de distribuição de energia fornecida nas comunidades rurais.
- **4.3.** Revogar o Decreto Federal Nº 9.642/2018 para retomar subsídio tarifário que incide sobre a conta de energia elétrica (Tarifa Rural).
- **4.4.** Criar o Programa Nacional de Produção, Uso e Comercialização de Energias Renováveis pela Agricultura Familiar, com fomento para implantação de usinas solares, pelas associações e cooperativas, como incentivo à produção.
- **4.5.** Promover a universalização da rede de telefonia e internet com qualidade de cobertura no meio rural, que permita o uso de ferramentas e a inclusão digital da população para o acesso às políticas públicas e outras necessidades.
- **4.6.** Ampliar o número de permissões para a criação de rádios comunitárias em todas as regiões, especialmente na região Norte.
- **4.7.** Ampliar a implementação do Programa Água Para Todos e do Programa Água Doce, especialmente na região Norte e Nordeste, bem como implementar uma política pública de construção de cisternas para armazenamento de água nos estados da Região Sul.
- **4.8.** Garantir recursos para conclusão da pavimentação das rodovias federais BR 319 (Manaus/AM à Porto Velho/RO) e da BR 230 (Rodovia Transamazônica).
- **4.9.** Criar centros comunitários de convivência, através de parcerias com o poder público, com o objetivo de promover atividades em grupo com crianças, adolescentes, juventude, adultos e idosos(as), para fortalecer e assegurar a convivência familiar e comunitária, prevenindo situações de risco social.

Habitação Rural - Programa Minha Casa Minha Vida Rural

- **4.10.** Implementar, no Programa Minha Casa Minha Vida Rural (PMCMVR), o critério de enquadramento de renda no Cadastro de Agricultores Familiares (CAF), aplicando fator redutor de 60% na renda.
- **4.11.** Regulamentar e operacionalizar os Grupos G2 e G3 para atender às demandas habitacionais em faixas de renda diferentes, proporcionando uma abordagem mais abrangente e inclusiva para a agricultura familiar.
- **4.12.** Ampliar o orçamento do Ministério das Cidades para a habitação rural com o objetivo de atender a totalidade das demandas e déficit habitacional da agricultura familiar apresentadas pelas Entidades Organizadoras.
- **4.13.** Garantir que os projetos habitacionais, sejam integrados com cisternas de placas, e energia fotovoltaicas, visando não apenas proporcionar moradias dignas, mas também promover a sustentabilidade e autonomia energética nas comunidades rurais.

- **4.14.** Regulamentar o PMCMVR, para que seja executado, exclusivamente, por entidades não governamentais nos moldes do Fundo de Desenvolvimento Social Entidades.
- **4.15.** Criar um Fundo de Desenvolvimento Social Rural específico para operacionalização do PMCMVR.

5. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

5.1. REAF Mercosul (MDA)

- 5.1.1. Fortalecer as Sessões Nacional e Regional da REAF Mercosul e implementar o Plano de Ação Regional do Mercosul para a Década da Agricultura Familiar.
- 5.1.2. Elaborar e implementar o Plano de Ação Nacional da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar, promovendo os ajustes pertinentes nas políticas públicas existentes e novas políticas que fortaleçam a agricultura familiar brasileira, com efetiva participação das organizações e movimentos sociais representativos do setor, seguindo a Resolução do Conselho do Mercado Comum do Mercosul CMC/REC. Nº 01/2023.
- 5.1.3. Implementar a recomendação da REAF Mercosul PPT-B, que dispõe sobre promoção da transição para a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis com foco na agroecologia.
- 5.1.4. Garantir participação da CONTAG nas Sessões Nacional e Regional da REAF Mercosul com recursos financeiros necessários.
- 5.1.5. Promover curso de Capacitação de Lideranças em Comércio Internacional, garantindo recursos financeiros para a realização de cinco encontros regionais de capacitação de lideranças, técnicos e dirigentes sindicais para tratar dos principais temas da agenda Internacional do MDA com vínculo direto ou indireto com a agricultura familiar, organizados e executados pela CONTAG/FETAGs em parceria com a SAF e AIPC-MDA.
- 5.1.6. Garantir recursos financeiros para a realização de cooperação técnica e intercâmbios entre agricultores(as) e lideranças do Brasil com agricultores(as) familiares de países do Mercosul com o objetivo de conhecer experiências exitosas (da produção à exportação) que possam ser potencializadas e implementadas em suas comunidades e territórios rurais.
- 5.1.7. Garantir recursos para facilitar o acesso e participação de representantes de cooperativas e associações da agricultura familiar, habilitadas para a exportação de alimentos, em feiras internacionais como Biofach, Alimentec, Expoalimentaria, Worldfood, Natural Products Expo, entre outras, com o objetivo de fortalecer processos de organização da produção através da promoção e comercialização de produtos do setor nos mercados privados.

5.2. Acordos de Comércio Internacional (MDA e MRE)

- 5.2.1. Acesso à informação e participação efetiva de representantes da CONTAG nas discussões internas que tratam da formação de posição do governo brasileiro para a adoção e implementação de acordos de associação e comércio exterior, permitindo que a organização representativa apresente ao governo, em tempo e forma, considerações e propostas de trato especial e diferenciado, salvaguarda e a promoção de produtos da agricultura familiar.
- 5.2.2. Revisar as relações comerciais de produtos agrícolas com os países do Mercosul, visto que há produtores nacionais que estão sendo prejudicados com a política de importação.
- 5.2.3. Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia. i) Garantir a participação de representantes da CONTAG nas discussões sobre a implementação de Acordo de Associação entre o

Mercosul e a União Europeia com o objetivo de discutir os impactos na agricultura familiar, a partir da entrada de produtos agropecuários europeus no mercado brasileiro, e criar mecanismos de compensação e ou reconversão de produtos de setores impactados. E, por outro lado, promover o acesso de produtos da agricultura familiar na pauta comercial com a União Europeia; ii) Elaborar estudos de identificação e potencialidades de produtos da agricultura familiar para mercados externos e adaptar e fortalecer os instrumentos de comercialização, visando promover a exportação desses produtos para o mercado europeu e outros.

5.2.4. Organização Mundial do Comércio (OMC). Assegurar o acesso à informação e a participação efetiva de representantes da CONTAG nas discussões preparatórias que tratam da formação de posição do governo brasileiro para as reuniões e conferências da OMC. Nos temas da agricultura, sempre que necessário, defender o trato especial e diferenciado, salvaguarda de direitos para produtos e políticas públicas da agricultura familiar na agenda da OMC.

5.3. Espaços de Diálogos Regionais e Internacionais (Celac, OTCA, G20, NNUU-FAO, Fida, PMA, Brics) (MDA e MRE)

- 5.3.1. Assegurar o acesso à informação e a participação efetiva de representantes da CONTAG nas discussões preparatórias que tratam da formação de posição do governo brasileiro para as reuniões e conferências de governos sobre agendas regionais e internacionais de que tratam medidas e ações para o alcance das metas da agenda 2030 dos ODS, focadas no combate à pobreza, à fome, e às desigualdades social, econômica, gênero, raça...) e da mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- 5.3.2. Garantir recursos financeiros e assegurar, sempre que permitido à sociedade civil, a participação de representantes da CONTAG nas missões oficiais do governo cujas agendas bilaterais tratarem de temas vinculados à agricultura familiar e aos temas de que trata o primeiro item desse ponto de pauta;
- 5.3.3. Garantir a inclusão das pautas da agricultura familiar nas discussões políticas do GT Agricultura do G20, como beneficiária dos resultados previstos nos três eixos propostos pela Presidência do Brasil (inclusão social, combate à fome e à pobreza; promoção do desenvolvimento sustentável; e reforma da governança global).

5.4. COP – Conferência das Partes sobre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (MDA, MMA e MRE)

5.4.1. Garantir o acesso à informação e a participação efetiva de representantes da CONTAG nas discussões preparatórias que tratam da formação de posição do governo brasileiro para os temas vinculados à mitigação e adaptação em produção resiliente e sustentável de alimentos e a preservação/recuperação da biodiversidade e do meio ambiente nos territórios rurais nas Conferências das Partes e, de forma especial, na preparação da COP30, a ser realizada em Belém do Pará.

6. DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS SOCIAIS E SUJEITOS DO CAMPO

6.1. Direitos Humanos

6.1.1. Articular as ações do Programa de Proteção de Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos ao Sistema de Segurança do Estado.

- 6.1.2. Ampliar recursos financeiros nos convênios dos Programas Estaduais de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, para que não haja a descontinuidade da política pública.
- 6.1.3. Editar norma que garanta às defensoras e defensores de direitos humanos em situação de ameaça, acesso prioritário e seguro às políticas públicas, incluindo o acesso aos serviços de saúde, à seguridade e assistência social.
- 6.1.4. Constituir um serviço articulado de inteligência entre as polícias para tratar, exclusivamente, das investigações de assassinatos e crimes contra defensoras e defensores de direitos humanos, com atuação integrada das Defensorias Públicas e Ministérios Públicos, incluindo a formação de novos policiais e atualização dos e das policiais já atuantes, com ênfase nos direitos humanos, combate à intolerância religiosa e sensibilização para as injustiças sociais.
- 6.1.5. Elaborar políticas para o fortalecimento e financiamento de práticas populares de autoproteção de povos e comunidades tradicionais, que contemplem suas peculiaridades socioculturais e políticas.
- 6.1.6. Garantir instalação de equipamentos de comunicação em todas as comunidades acompanhadas pelo PPDH (Federal e estaduais) e pela Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo.
- 6.1.7. Criar um serviço de referência de atendimento às vítimas de violência no campo, com enfoque na saúde mental, com vistas a um acompanhamento psicossocial, suporte financeiro e, se necessária, a retirada provisória do local devido ameaças, em casos que não se enquadram aos programas de proteção.
- 6.1.8. Fortalecer a participação da sociedade civil no processo de formulação, implementação e monitoramento das políticas de proteção aos defensores e as defensoras de direitos humanos, inclusive analisando suas denúncias e documentos produzidos (dossiês, relatórios, cadernos de conflito).
- 6.1.9. Promover campanhas educativas e antidiscriminatórias para uma compreensão social da grandeza dos Direitos Humanos.
- 6.1.10. Ampliar penas para crimes cometidos contra defensoras e defensores de direitos humanos, comunicadores e comunicadoras e ambientalistas.
- 6.1.11. Editar ato normativo que garanta a celeridade nas conclusões dos Inquéritos Policiais e Processos Judiciais que versem sobre crimes contra defensoras e defensores de direitos humanos.
- 6.1.12. Recomendar às Escolas de Magistratura Nacional e Estaduais a realização de capacitação com periodicidade anual sobre a temática Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, povos e comunidades tradicionais e violência no campo.

6.2. POLÍTICAS SOCIAIS

6.2.1. Educação do Campo (MEC)

- **6.2.1.1.** Garantir no Plano Nacional de Educação 2024/2034 uma meta específica de educação do campo, considerando que na Conae 2024 foram aprovadas 77 proposições que fazem referência à educação do campo.
- **6.2.1.2.** Afirmar a educação do campo como modalidade específica da educação básica e efetivá-la, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, em todas as suas etapas e modalidades.
- **6.2.1.3.** Realizar estudo sobre a situação atual, rearranjo e manutenção das escolas do campo, acompanhado de uma proposta de reforma e construção de novas escolas, com infraestrutura ade-

- quada, garantindo transporte escolar seguro e de qualidade, materiais e livros didáticos, biblioteca, áreas de lazer e desporto, com atenção especial para as escolas de educação infantil.
- **6.2.1.4.** Incorporar na Lei Nº 12.960/2014 e na Portaria Nº 391/2016 mecanismos que coíbam o fechamento das escolas do campo e que assegurem a participação da comunidade, onde a escola está localizada, na deliberação sobre o fechamento ou não das escolas do campo.
- **6.2.1.5.** Ampliar o orçamento para a formação inicial e continuada de professores(as) para os programas Escola da Terra e Licenciaturas em Educação do Campo.
- **6.2.1.6.** Ampliar o orçamento para as ações do Programa Nacional de Educação do Campo, PDDE Campo e PDDE Água destinado às escolas do campo, assegurando recursos para as escolas comunitárias que utilizam a pedagogia da alternância.
- **6.2.1.7.** Assegurar orçamento público para as escolas comunitárias que utilizam a pedagogia da alternância, Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais, com destinação de recursos para contratação de professores(as), estrutura física e corpo técnico, possibilitando ensino em tempo integral.
- **6.2.1.8.** Assegurar R\$ 60 milhões/ano para atender a demanda de todos os projetos do Pronera, já aprovados e sem formalização pela limitação orçamentária.
- **6.2.1.9.** Assegurar a liberação de R\$ 50 milhões, que se encontram bloqueados por indisponibilidade orçamentária, para projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos de 33.500 pessoas assentadas da Região Nordeste.
- **6.2.1.10.** Criação da Universidade do Campo destinada a promover a formação dos povos do campo, da floresta e das águas e de agentes públicos do Estado para atuarem nas políticas públicas voltadas a esses povos.

6.2.2. Promoção da Saúde (MS)

- **6.2.2.1.** Ampliar o elenco de plantas medicinais classificadas como chás alimentícios na Anvisa. No atual contexto, nem a agricultura familiar e nem a indústria podem legalmente comercializar essas plantas, uma vez que as mesmas não constam descritas nem como alimento e nem como medicamento, abrindo espaço para que a informalidade acabe comercializando essas plantas.
- **6.2.2.2.** Recriar o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos com vistas a fortalecer a implementação da Política e do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
- **6.2.2.3.** Promover compras públicas de produtos oriundos de plantas medicinais pelo SUS, semelhante ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional da Alimentação Escolar (Pnae).

6.2.3. Proteção Infanto-Juvenil (M. Trabalho)

6.2.3.1. Viabilizar e ampliar o acesso ao financiamento público dos Programas de Aprendizagem Profissional Rural desenvolvidos pelas CEFFAs, via legislação ou programa específico, devidamente cadastradas como Entidades Formadoras e aprovadas no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional – CNAP, reguladas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para fins de fomentar o cumprimento pelas empresas das cotas de aprendiz com jovens oriundos da Agricultura Familiar via a Pedagogia da Alternância.

6.2.4. Previdência Social (M. Previdência)

- **6.2.4.1.** Rever as regras e os prazos previstos na legislação previdenciária (artigos 38-A e 38-B da Lei Nº 8.213/91) que tratam do cadastro do segurado(a) especial e que define o CNIS-Rural como base de dados exclusiva para o reconhecimento de direitos previdenciários dos segurados(as) especiais. Nos termos da atual legislação, muitos agricultores(as) familiares poderão ser excluídos do direito à proteção previdenciária.
- **6.2.4.2.** Aprovar o PL substitutivo ao Projeto de Lei N° 488/2011 que assegura a manutenção da condição de segurado(a) especial aos agricultores e agricultoras familiares que têm vínculo associativo às cooperativas cuja atividade econômica não seja de natureza exclusivamente rural e para aqueles(as) que recebem algum tipo de gratificação pelo exercício de função administrativa ou gerencial nas respectivas cooperativas em que são filiados(as).
- **6.2.4.3.** Resolver as constantes inconsistências (problemas) de funcionamento dos sistemas Meu INSS e Gerid que dificultam regular o atendimento dos segurados(as), especialmente os da área rural, devido às longas distâncias de deslocamento para obterem atendimento.
- **6.2.4.4.** Qualificar a prestação de serviço pelo canal 135, de modo que o INSS possa fornecer informações mais precisas aos segurados(as) sobre seus processos de benefícios.
- **6.2.4.5.** Realizar ajustes nos sistemas do INSS, inclusive na Autodeclaração Eletrônica do Segurado Especial, para evitar indeferimentos indevidos de benefícios e a judicialização dos processos.
- **6.2.4.6.** Melhorar o atendimento aos segurados(as) em seus pedidos de benefícios por incapacidade, considerando que o AtestMed é uma experiência importante e bem vinda, mas quando se trata de atendimento de perícia médica presencial a fila de espera a ser enfrentada é longa e há muitas incertezas sobre a realização da perícia, principalmente para segurados(as) rurais.
- **6.2.4.7.** Agilizar a análise dos pedidos de benefícios em grau de recurso administrativo nas JRPS/CRPS, priorizando processos antigos, evitando exigências desnecessárias feitas pelas JRPS/CRPS.
- **6.2.4.8.** Disponibilizar no sistema MEU INSS e no Gerid a opção do requerimento de aposentadoria híbrida, uma vez que o sistema não reconhece o período de atividade rural exercido como segurado(a) especial especificado na autodeclaração, a ser somado com as contribuições de atividade urbana para atingir a carência do benefício requerido.
- **6.2.4.9.** Introduzir no sistema do INSS a distinção entre a matrícula CEI/CAEPF urbano e o CEI/CAEPF rural, distinguindo ainda a matrícula CEI/CAEPF do produtor rural contribuinte individual e do segurado(a) especial, para impedir indeferimentos indevidos de direitos.
- **6.2.4.10.** Disponibilizar no sistema do INSS o reconhecimento do período de atividade rural na condição de segurado(a) especial a ser somado com a contribuição do trabalhador rural assalariado, para impedir o indeferimento indevido do benefício.
- **6.2.4.11.** Disponibilizar no sistema Gerid a opção de requerimento de auxílio por incapacidade temporária, permitindo às entidades sindicais que participam do ACT com o INSS encaminhar as demandas dos segurados(as) rurais, inclusive para viabilizar o cumprimento de exigências na juntada dos documentos pós-perícia;
- **6.2.4.12.** Disponibilizar no sistema Gerid a opção do serviço de "bloqueio e desbloqueio" de benefício para fins de contribuição associativa.
- **6.2.4.13.** Reabertura das agências físicas de atendimento da Previdência Social nos municípios do interior, com estrutura adequada para fazer o atendimento da população (servidores, equipamentos, etc.), fechadas durante a pandemia.

24

- **6.2.4.14.** Criar a Superintendência do INSS da Região Norte, visando melhor atender as especificidades e as demandas por políticas de previdência social da região.
- **6.2.4.15.** Garantir a inclusão previdenciária dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, mediante políticas que incentivem a formalização das relações de trabalho.

6.3. SUJEITOS DO CAMPO

6.3.1. Juventude Rural

- **6.3.1.1.** Criar Subsecretaria de Juventude Rural na Secretaria Nacional de Juventude.
- **6.3.1.2.** Reeditar o Consórcio Social da Juventude Rural como política permanente de formação técnica e profissional para a atuação da juventude na produção e comercialização de alimentos saudáveis, por meio de parcerias entre governos federal e estaduais e movimentos sociais.
- **6.3.1.3.** Aprovar o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural com indicativo de planejamento orçamentário para execução nos ministérios envolvidos.
- **6.3.1.4.** Assegurar na Rede de Atenção Básica e Psicossocial do SUS a contratação de profissionais com especialidade em saúde mental, com atenção especial para o atendimento da juventude das populações do campo, da floresta e das águas.
- **6.3.1.5.** Fortalecer o Programa de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar (PEAAF), com enfoque na formação de jovens para a gestão ambiental rural de seus territórios e produção sustentável nas comunidades.

6.3.2. Direitos das Pessoas Idosas

- **6.3.2.1.** Elaborar, implantar e monitorar o Plano Nacional da Pessoa Idosa, com planejamento e gestão compartilhada entre as diversas políticas públicas, efetivando programas, projetos e serviços intersetoriais envolvendo as áreas de saúde, assistência social, habitação, educação, transporte, cultura, dentre outras.
- **6.3.2.2.** Ampliar e co-financiar a criação de:
 - a) Centros de Combate à Violência e Maus tratos contra a Pessoa Idosa;
 - b) Delegacias Especializadas e varas especiais, fortalecendo a rede de proteção e defesa das pessoas idosas em situação de violência, buscando agilidade do poder judiciário, com vistas à implementação do plano de ação de enfrentamento à violência.
- **6.3.2.3.** Formular legislação para bancos e similares nas concessões dos empréstimos consignados sem autorização prévia e garantindo a liberação dos recursos somente com a utilização da conta benefício, de modo a coibir que os bancos efetuem a abertura de contas correntes e respectivas cobranças tarifárias.
- **6.3.2.4.** Imprimir maior rigor na fiscalização dos empréstimos para aposentados(as) e pensionistas, através do descredenciamento das instituições financeiras que forem reincidentes no cometimento de irregularidades na operação dos empréstimos consignados.
- **6.3.2.5.** Implementar o disposto no artigo 22 do Estatuto do Idoso, que trata da inserção de conteúdo do processo de envelhecimento da população brasileira nas grades curriculares em todos os níveis de ensino.
- **6.3.2.6.** Assegurar o cumprimento do artigo 15 do Estatuto do Idoso, que garanta a atenção integral à saúde da pessoa idosa através da implantação de centros de atendimento e atenção básica à saúde, nos municípios.

- **6.3.2.7.** Criar um programa de cuidado, contemplando mecanismos que viabilizem o pagamento do(a) cuidador(a) das pessoas idosas dependentes em seus lares, junto às famílias de baixa renda.
- **6.3.2.8.** Destinar, no mínimo, R\$ 1 milhão do Fundo Nacional da Pessoa Idosa para a promoção de campanhas de combate à discriminação e à violência contra as pessoas idosas.
- **6.3.2.9.** Determinar procedimento que garanta o acesso prioritário ao Pronaf pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais com idade superior a 60 anos.
- **6.3.2.10.** Realizar capacitação continuada para os membros dos conselhos de direitos da pessoa idosa.
- **6.3.2.11.** Cobrar compromisso de parlamentares para apresentação e aprovação de Projeto de Lei que garanta de forma perene a necessária institucionalidade e funcionamento do Conselho de Direitos da Pessoa Idosa, a fim de que não fique à mercê de sofrer alterações por decretos, a cada governo, os quais prejudiquem a participação igualitária da representação governamental e da sociedade civil.

6.3.3. Enfrentamento à violência contra as mulheres

- **6.3.3.1.** Efetivar a entrega das unidades móveis anunciadas na Marcha das Margaridas, garantindo celeridade na oferta de serviços de prevenção e atendimento às mulheres agricultoras familiares, que vivem em territórios rurais.
- **6.3.3.2.** Criar sistema nacional de informação e monitoramento das notificações de violências e investigação dos crimes cometidos contra mulheres, articulando todos os órgãos e entidades envolvidas, prevendo um campo específico para indicar, no momento da denúncia, a situação de domicílio da vítima, possibilitando a quantificação das vítimas em territórios rurais.
- **6.3.3.3.** Promover, no âmbito da Rede de Atenção à Saúde, a ampliação dos serviços às mulheres agricultoras familiares, vítimas de violência, e o desenvolvimento de ações que possam colaborar para o acolhimento dessas mulheres, através:
 - a) da ampliação e qualificação das equipes de estratégias de saúde para acolhimento e atendimento, de forma humanizada, às mulheres vítimas de violência;
 - b) de ações de capacitação, no âmbito do Programa Agentes Comunitários de Saúde, para acolher e apoiar as mulheres vítimas de violência doméstica.





